

A POLÍTICA EDUCACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL (1999 – 2002)

Bartolina Ramalho Catanante

UEMS/UFSCar/FUNDECT

bartolina@uems.br

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a gestão da escola pública, em Mato Grosso do Sul, durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos, 1999-2002, bem como verificar se a política educacional contribuiu para o avanço da gestão democrática e como o governo de esquerda se organizou para colocar sua concepção de gestão em prática. Concluiu-se que a política educacional se preocupou teoricamente em atingir os fins da educação, mas, ao tratar da finalidade da escola, esse resultado ficou comprometido.

Palavras-chave: escola pública; política educacional; gestão democrática.

1. CONTEXTO POLÍTICO

Esta pesquisa foi desenvolvida no de Mato Grosso do Sul (MS) e tem como objetivo verificar se a política educacional desenvolvida contribuiu para o avanço da gestão democrática nas escolas públicas. Para compreender os resultados alcançados, é necessário aprofundar o contexto em que foi gerada essa política e quais os mecanismos utilizados para sua operacionalização. Dessa forma, faremos a análise política dos fatos que levaram a coalizão de esquerda ao governo.

A disputa eleitoral de 1998, em Mato Grosso do Sul, foi realizada por três candidatos a governador: Pedro Pedrossian, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Ricardo Pereira Bacha, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT (representante da esquerda de MS), que foi eleito governador do para o período de 1999 a 2002.¹

Nessa disputa eleitoral, os partidos de esquerda formaram a coligação *Movimento Muda Mato Grosso do Sul*, que tinha à frente o Partido dos Trabalhadores (PT) e incorporava mais cinco partidos políticos: o Partido Popular Socialista (PPS); o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Aposentados Nacional (PAN). A formação de aliança, com o maior número de partidos, era uma das orientações do PT nacional para aquela disputa eleitoral, e procurava estabelecer um campo democrático popular, especialmente com o PCdoB, o PSB e o PDT, em torno da candidatura Lula Presidente.

Em Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos tinha pouquíssimas possibilidades de ser eleito; pois, na época, aparecia nas pesquisas em último lugar. Fato, este,

que salienta uma das características do eleitorado do : de estrutura agrária e um caráter conservador. Conforme destaca o quadro número 1, Mato Grosso do Sul, nesses 30 anos de criação e 28 anos de constituição política, teve três governadores nomeados pelo presidente da República e seis eleitos pelo voto direto.

Quadro 1 - Governadores de MS – 1979 a 2006*

Governadores desde a divisão	Partido	Período de governo	Cargos anteriores
Harry Amorim (1)	Arena	1/01/1979	Deputado federal
Londres Machado (2)	Arena	12/06/1979	Deputado estadual
Marcelo Miranda Soares (1)	PPDS	30/06/1979	Prefeito
Londres Machado (2)	PDS	28/10/1980	Deputado estadual
Pedro Pedrossian (1)	PPDS	7/11/1980 a 14/03/1983	Governador/senador
Wilson Barbosa Martins (3)	PMDB	15/03/1983 a 14/05/1986	Senador
Ramez Tebet (4)	PMDB	15/05/1986 a 14/03/1987	Senador
Marcelo Miranda Soares (3)	PMDB	15/03/1987 a 14/03/1991	Prefeito/deputado
Pedro Pedrossian (3)	PTB	15/03/1991 a 31/12/1994	Governador/senador
Wilson Barbosa Martins (3)	PMDB	1/01/1995 a 31/12/1998	Governador/senador
José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT) (3)	PT	1/01/1999 a 31/12/2002	Deputado estadual
José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT) (3)	PT	1/01/2003 a 31/12/2006	Governador

Fonte*Elaborado a partir de dados da Casa Civil de Mato Grosso do Sul.

- (1) governo nomeado pelo presidente.
- (2) Presidente da Assembléia Legislativa que assumiu o governo interinamente.
- (3) Governo eleito pelo povo.
- (4) Assumiu devido ao afastamento de Wilson Barbosa Martins para candidatar-se ao Senado.

As forças progressistas e de esquerda dificilmente teriam possibilidades de impor uma reviravolta nessa situação, o que confirmaria a tendência do eleitorado em se manter fiel ao pensamento agrário-latifundiário. No entanto, o resultado, de todo esse processo, foi que a coligação, *Movimento Muda MS*, logrou vitória, no segundo turno, com mais de 60% dos votos.

Sob o ponto de vista de Ido Michels (economista que estudou a formação socioeconômica de MS), entre os diversos fatores que levaram a vitória das forças de esquerda, em Mato Grosso do Sul, em 1998, há uma interpretação que, definitivamente, não poderia ser dada a esse fenômeno. Segundo o autor, ela não representou

A consciência da população sul-mato-grossense do conteúdo programático, das ideologias e tendências que abriga especialmente o PT. Notadamente, o voto da população de Mato Grosso do Sul foi o voto da revolta, da insatisfação: protesto

contra aqueles que especialmente nos últimos 4 anos governaram este estado com descaso, talvez o maior de sua curta história.²

Esse deveria ser um dos motivos pelo qual a esquerda não poderia tranquilizar-se, em função de ter a pretensão de se tornar “*classe*” dirigente e dominante, como nos afirma Antonio Gramsci:

Para se tornar classe dirigente, o proletariado deve também dar resposta às questões ideológicas vividas por seus aliados potenciais. [...] A batalha das idéias – o diálogo, e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia.”³

Uma das características básicas do conceito gramsciano, de hegemonia,⁴ é a afirmação de que, numa reação hegemônica, se expressa sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado. Gramsci define a política como “catarse”, como a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento “ético político”, ou seja, como a passagem para aquele nível em que, efetivamente, as relações de hegemonia têm lugar e onde o interesse universal ganha uma clara prioridade sobre o interesse meramente singular ou corporativo.

Era preciso mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês. Se, por um lado, havia um cenário político no qual a esquerda procurava defender e implantar suas concepções e ideologias, por outro, as alianças que representavam as oligarquias também faziam a correlação de forças.

Para Amarílio Ferreira Júnior, em sua análise sobre as esquerdas, em Mato Grosso do Sul, a vitória veio para confirmar as teses marxianas de que a superestrutura societária, com seus inúmeros fenômenos, goza de autonomia relativa em relação ao jogo das determinações econômicas.

A sociedade dos homens não é feita apenas das complexas e contraditórias imposições materiais de existência, é movida também pelos fatores subjetivos que emanam do espírito humano. O mundo das idéias, quando representa a vontade coletiva de centenas de milhares de homens, tem a capacidade de transformar a própria realidade concreta do mundo das coisas materiais.⁵

Segundo Ferreira Júnior, além da conjuntura política, em que o PT tomou posse, em 1999, havia fatores subjetivos capazes de modificar a realidade e que deveriam ser considerados.

Ferreira Júnior, Marisa Bittar e Fausto Matto Grosso⁶, ao analisarem a reconstituição da esquerda sul-mato-grossense, depois do golpe militar e sua luta contra a ditadura, apontam que a vitória da esquerda, em MS, no processo eleitoral de 1998, que

elegeu Zeca do PT, foi fruto de um conjunto de fatores históricos, originados em 1945 (período em que já se tem a atuação da esquerda na região), do jogo político e da polarização partidária, fomentados pelo Partido Social Democrático (PSD) e pela União Democrática Nacional (UDN). A dualidade, entre os partidos políticos, refletiu sobre a construção política desenvolvida ao longo da história, mesmo antes da divisão, ainda no Mato Grosso uno. Os autores apontam ainda que

Apenas na primeira fase da história de Mato Grosso do Sul, que coincidiu com o fim do regime militar, essa disputa esteve marcada por divergências políticas de fundo. À época, Wilson Barbosa Martins, o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul, apoiado pelos comunistas do PCB, representava a oposição contrária à ditadura militar no estado, enquanto Pedro Pedrossian era o homem do regime.⁷

Wilson Barbosa Martins governou MS por duas vezes; de 1983 a 1986 e de 1995 a 1998. Em ambos os mandatos, chegou ao poder por eleições diretas. Pedro Pedrossian, também, governou o Estado por duas vezes; de 1980 a 1983 (a partir de indicação política) e de 1991 a 1994 (por eleição direta).

No entanto, depois do término do regime militar, até o final dos anos 1990, houve o revezamento de ambos no poder. Com a exceção do primeiro governo, de Wilson Barbosa Martins (1983-1986), o governo dos dois citados foi marcado por escândalos de corrupção e descaso com a gestão pública, fato que contribuiu para o esgotamento dessa bipolaridade. Isso fez com que fosse gerada “*uma simpatia às teses elaboradas historicamente pelas esquerdas sul-mato-grossenses*”. A conclusão apontada é que o resultado da eleição, de 1998, teve uma simbologia.

O valor simbólico dessa impressionante eleição foi o fato de que não ganhou apenas a esquerda, mas derrotando, de uma só vez, os dois grandes chefes políticos que dominavam a política estadual desde a divisão de Mato Grosso. Venceu a dialética. [...] A mudança ocorrida em 1998 foi fruto da persistência e da inteligência das esquerdas sul-mato-grossenses, mas foi também o esgotamento, a falência de um projeto continuísta representado pelas elites agrárias que, ao se dividirem no segundo turno, selaram seu destino.⁸

A hegemonia, das classes dominantes, foi colocada em xeque e significou o fim do projeto continuísta. O esgotamento, desse ciclo, só foi possível com a coligação das forças progressistas.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Reivindicava-se, nos anos 1980 (período, esse, denominado de distensão e de transição política), a redemocratização do país. Cresceu o interesse da sociedade em torno das políticas sociais no Estado Nacional brasileiro, principalmente com o fim da ditadura militar,

vigente nas duas décadas anteriores, e o início da abertura política. Essa abertura política e democrática culminou com as eleições gerais para governador dos Estados em todo o Brasil. As forças democráticas foram vitoriosas em 1982, levando ao poder, em dez estados brasileiros, governos de oposição, entre os quais o de Mato Grosso do Sul que elegeu, para governador, Wilson Barbosa Martins, pelo PMDB. Posteriormente, o movimento das Diretas Já agitou o Brasil de norte a sul. Por último, a década foi coroada pelo processo constituinte e a Carta Constitucional, de 1988, que contribuiu para a formação de um novo quadro do imaginário social que buscava a democracia. Todo esse movimento de luta, pela abertura democrática no país, influenciou, fortemente, a ideia de uma gestão escolar democrática.

Para compreender o terceiro momento histórico, a favor da democratização da educação, é obrigatório lançar luz sobre os dois períodos anteriores: o de 1983 a 1986, com a política educacional, de Wilson Barbosa Martins; e o de 1991 a 1994, com o governo de Pedro Pedrossian. Como se verifica no quadro 2, os demais governos não apresentaram política educacional que tenha influenciado, diretamente, a participação na escola.

Quadro 2 - Políticas educacionais e Participação democrática*

Período	Governador	Política educacional
1983-1986	Wilson Barbosa Martins (PMDB)	<p><i>Educação para a Democracia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não reconheceu a entidade paralela à FEPROSUL e envolve a comunidade na elaboração da política educacional; • Nomeou diretores eleitos na escola através de lista tríplice; • Nomeou agentes educacionais segundo indicação dos educadores; • Realizou congresso Educação para a Democracia; • Publicou e revogou o Dec. 3.004, que normatizava a eleição de diretor escolar.
1987-1991	Marcelo Miranda Soares (PMDB)	<ul style="list-style-type: none"> • Abandonou proposta de eleição para diretor de escola e manteve política de arrocho salarial na educação.
1991-1995	Pedro Pedrossian (PTB)	<ul style="list-style-type: none"> • Política educacional: <i>Democratização da Educação</i>; • Instituiu eleição direta para diretor e colegiado escolar, Decreto 5.868/1991.
1995-1998	Wilson Barbosa Martins (PMDB)	<ul style="list-style-type: none"> • Manteve o processo de eleição de diretores e colegiado escolar e critério de prova ao candidato a diretor.
1999-2002	José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT)	<ul style="list-style-type: none"> • Política educacional: <i>Escola Guaicuru</i>; • Manteve a eleição de diretores e colegiado escolar; • Instituiu processo da Constituinte Escolar; • Instituiu os Conselhos das unidades escolares (COUNEs) e o Conselho Político-Administrativo (CPA).
2003-2006	Zeca do PT	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborou o Plano Estadual de Educação; Elaborou a Lei de Sistema Estadual de Educação.

Fonte* Quadro elaborado a partir dos documentos da Secretaria de Estado de Educação

Conforme os estudos de Marisa Bittar, em seu trabalho sobre história, política e ideias pedagógicas, na educação pública de Mato Grosso do Sul,⁹ o primeiro governo, eleito na história de MS, foi o parâmetro inicial da democratização da educação pública, principalmente no que se refere à gestão escolar. Esse período compreendeu o início da década de 1980, justamente entre os dois eventos significativos para o Brasil: as eleições estaduais de 1982 e a campanha pelas Diretas Já, em 1984. Mato Grosso do Sul elegeu, em 1982, Wilson Barbosa Martins, que havia sido anistiado durante o processo de abertura política. Sua candidatura simbolizou um avanço das forças democráticas contra o período de ditadura militar do qual o Brasil saía. Nesse período histórico, o Partido Comunista do Brasil (PCB) teve participação decisiva na política educacional de MS.

A política educacional, definida para aquele período, denominava-se *Educação para a Democracia* e buscou contemplar as reivindicações dos educadores. No processo de elaboração, dessa política, foi incluída a participação de pais, mães, alunos, professores e funcionários por meio de debates e discussões nas unidades escolares. Esse processo culminou com a realização do *I Congresso Estadual de Educação para a Democracia*, do qual surgiram propostas que subsidiariam a política de educação do Estado.

Um dos maiores marcos simbólicos da participação democrática na escola, naquele período, era justamente a possibilidade de eleger o diretor escolar. Apesar de a Secretaria de Estado de Educação adotar o princípio democrático, como base para a elaboração de sua política educacional, e buscar meios para viabilizar a proposta de eleição de diretores, não foi concretizado, efetivamente, aquele processo tão almejado pelos educadores, em todas as escolas da rede pública estadual; mas apenas em algumas escolas do Município de Campo Grande.

Uma das justificativas, apresentadas pelos teóricos, é a de que o governo não teve sustentação política capaz de garantir a efetivação da política educacional naquele momento histórico. Conforme estudos desenvolvidos, por Marisa Bittar, em seu trabalho *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*, essa política educacional foi fortemente criticada, principalmente pelos parlamentares, que se sentiam ameaçados em seu poder, no que se refere à indicação do diretor escolar. Pois este era o único critério utilizado pelos governos anteriores para a nomeação do diretor. Outro fato complicador foi que o governo não conseguiu conquistar o apoio da maioria parlamentar e nem mesmo dos próprios deputados (do seu partido PMDB), que, muitas vezes, discordavam dos encaminhamentos adotados pela Secretaria de Estado de Educação (SED).

A imprensa também exerceu forte crítica sobre a política; tinha como alvo principal o secretário de Estado de Educação, Leonardo Nunes da Cunha, denominado “*comunista*” por ela. Posteriormente, o sindicato dos professores fez críticas contundentes sobre alguns aspectos pontuais do governo, fato, este, que dificultou o diálogo e a implantação da política educacional. Esses fatos foram justificados e atribuídos por Bittar¹⁰ como aqueles que impediram o pleno desenvolvimento da política educacional, adotada naquele período.

O segundo período, que marcou a luta pela democratização da educação, aconteceu, durante o governo Pedro Pedrossian, ao implantar a política educacional explicitada no documento *Uma Proposta de Educação para Mato Grosso do Sul - 1991 a 1994*. Pedrossian fez opção por essa proposta, pois a considerava a mais arrojada. Ela contemplava certas reivindicações históricas dos profissionais da educação, como a descentralização administrativa, as eleições de diretores e colegiados escolares e a implantação de diretrizes curriculares.

A eleição de diretores, símbolo de educação democrática, na década de 1980, ganhou materialidade somente no segundo período histórico, considerado fundamental para compreender o processo de participação e democratização da educação de MS. Fato que ocorreu justamente no início da década de 1990, quando Pedro Pedrossian assumiu o governo (1991-1994).

Em 1991, as eleições para diretores foram implantadas por decreto. Este ato dividiu opiniões tanto dos educadores (sujeitos do processo naquele momento histórico) quanto daqueles que analisaram o fato. Nesse período, não havia mais os mesmos problemas que impediram o governo de Wilson Barbosa Martins, em 1983, de implantar sua política educacional.

Em nossa avaliação, o terceiro momento histórico, a favor da democratização da educação, aconteceu com a eleição de Zeca do PT, representante das esquerdas de Mato Grosso do Sul, no ano de 1998.

Com a vitória da esquerda sul-mato-grossense, a equipe de educação elaborou o projeto político-educacional do governo do PT, *Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*,¹¹ desenvolvido no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002. Esse projeto trazia os princípios, as diretrizes e as metas que deveriam nortear as ações políticas, administrativas, pedagógicas e financeiras da Secretaria de Estado de Educação para o quadriênio 1999 - 2002.

3. O CAMINHO DA PESQUISA

Para compreender esse período histórico educacional, 1999 a 2002, foram realizadas umas séries de estudos e reflexões sobre a construção do projeto político-educacional *Escola Guaicuru* e, também, sobre os princípios e bases que dão sustentação às concepções político-ideológicas do PT. Refiro-me às concepções, pois uma das características, da formação do PT, é a existência de diferentes grupos, correntes e tendências que correlacionam as forças dentro do partido, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse projeto educacional incorporou o espírito de mudança, anunciado durante a campanha, e propagava o rompimento com a tradição educacional do Estado e a prática clientelista da escola, além de estabelecer intenso debate com a comunidade escolar sobre a prática educativa e a sua gestão, com vista a inaugurar um novo momento na história da educação em MS.

O governo anterior havia iniciado a implantação de projetos que estavam alinhados com a política ideológica neoliberal que tanto o programa de governo eleito quanto o *Escola Guaicuru* haviam criticado muitíssimo. Segundo os teóricos, que analisaram o processo histórico-socioeconômico da América Latina, esses projetos não possibilitavam que as pessoas refletissem profundamente sobre as reais causas dos problemas enfrentados pela escola e pela sociedade, postura, essa, contrária ao convite realizado pelo *Escola Guaicuru*.

A problemática apresentada é que o governo de MS, para implementar seu projeto político educacional “*Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*”, teria que considerar a correlação de forças entre a política estabelecida pelo governo de esquerda, no período de 1999 a 2002, e a ideologia dominante nos projetos/programas de educação, desenvolvidos pelo governo federal. Qual concepção de gestão o PT colocaria em prática ao definir sua política educacional?

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a maneira pela qual o projeto político educacional *Escola Guaicuru* contribuiu para avançar na gestão democrática da escola pública de Mato Grosso do Sul e identificar como se concretizou o programa do governo eleito pelo *Movimento Muda MS*, frente ao projeto político-educacional *Escola Guaicuru*. Os objetivos específicos foram: estabelecer os mecanismos de participação, utilizados pelo *Escola Guaicuru*, para o fortalecimento da democracia na escola; verificar que, em Mato Grosso do Sul, o PT colocou em prática a concepção de democracia ao definir

sua política educacional; reconhecer qual concepção de gestão educacional ganhou materialidade nesse processo – gestão democrática ou gestão compartilhada.

Procedimentos metodológicos – De acordo com os teóricos, que tratam de métodos de pesquisa¹², um trabalho de pesquisa bibliográfica deve ser capaz de *projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica*. Mas é preciso partir de vários pontos de vista, sob diferentes ângulos do problema para ser possível estabelecer definições, conexões e mediações a fim de compreender a necessidade do problema a ser investigado.

Por este motivo, esta investigação nos remeteu, inicialmente, a um levantamento rigoroso de toda produção científica, realizada pelo curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e publicada, no período de 1991 a 2004. Produção, esta, que tratasse de temas sobre políticas públicas educacionais, gestão educacional e/ou gestão democrática, escola pública, participação e colegiado escolar e, por último, descentralização. Esse estudo permitiu identificar as diferentes perspectivas de análise, fundamentar conclusões sobre as políticas pesquisadas e reconhecer contribuições que essa pesquisa poderia oferecer à escola pública de Mato Grosso do Sul.

No levantamento de dados, foi realizada pesquisa documental, principalmente sobre os documentos publicados pelo PT, sobre a campanha eleitoral, o programa de governo, o estatuto, as teses e as resoluções. Estes foram amplamente consultados e, como não poderia deixar de ser, também foram os documentos produzidos pelo *Escola Guaicuru*.

Outro mecanismo, que auxiliou na construção do objeto, foi as entrevistas não-estruturadas, levadas a efeito com algumas pessoas que fizeram parte dessa história. Esse foi o caso do coordenador-geral do Programa de Governo, de 1998, do secretário de governo e da ex-diretora que protagonizaram momentos críticos, vivenciados pela escola pública de MS, na execução do projeto político-educacional Escola Guaicuru. O resultado, dessas entrevistas, foi extremamente significativo, pois permitiu compreender os motivos implícitos na composição do governo de MS e a postura nela adotada. Afinal, o conhecimento é uma construção que se faz, diuturnamente, a partir de outros conhecimentos sobre os quais é preciso exercitar a apreensão, a crítica e a dúvida.

4. O ESCOLA GUAICURU

O instrumento político utilizado, por Zeca do PT, para selar o compromisso realizado na campanha política eleitoral, entre o *Movimento Muda MS* e a sociedade sul-mato-

grossense, foi seu discurso no programa de governo. Neste, Zeca anunciava que, se eleito, estabeleceria um período de mudanças. E, de acordo com a concepção gramsciana ao se referir sobre o papel da sociedade civil e do Estado, à medida que o Estado coerção vai se exaurindo, e que a classe trabalhadora impõe sua condição de vitória e avança na construção do socialismo é preciso que governantes e dirigentes tomem medidas políticas capazes de conduzir ao desaparecimento da divisão das classes sociais, efetivando transformações político-socioeconômicas em favor dos governados e dirigidos¹³.

O *Movimento Muda MS* tinha como base um programa de governo, elaborado pelas forças políticas que compuseram a coligação dos partidos de esquerda de MS, formando a aliança vitoriosa em torno do PT. O programa vitorioso apontava nove diretrizes educacionais que deveriam ser executadas para resolver os problemas emblemáticos da educação, caso o PT fosse eleito. Essas diretrizes eram: educação com ênfase no conhecimento; intensificação do uso das tecnologias da informação; valorização dos trabalhadores em educação; implantação do programa Bolsa-Escola; política de educação de jovens e adultos; fortalecimento da UEMS; fortalecimento da Empresa de Rádio e Televisão (Ertel), gestão democrática e participativa; e a aplicação correta dos recursos destinados à educação.

A SED estabeleceu uma política que tinha como fio condutor o projeto político-educacional *Escola Guaicuru* e se constituiu como eixos centrais a serem desenvolvidos ao longo dos quatro anos de governo. O *Escola Guaicuru* tinha como objetivo essencial construir, junto à sociedade sul-mato-grossense, uma escola pública na qual se efetivasse a democratização do acesso e garantisse a permanência e progressão escolar do aluno, a democratização da gestão e a qualidade social da educação, que incluía a valorização de seus trabalhadores. Podemos visualizar os eixos no quadro 3 na página seguinte.

Os documentos que registraram a política educacional, do Governo de José Orcírio Miranda dos Santos, foram denominados *Cadernos da Escola Guaicuru* que constituíram as séries: 1. *Fundamentos Político-Pedagógicos* (10 volumes); 2. *Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais* (10 volumes) e 3. *Constituinte Escolar* (20 volumes). Além dessas séries, o *Texto-base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino – 1º Congresso Estadual da Constituinte Escolar*, que trouxe propostas para serem aprovadas no congresso da Constituinte Escolar, e o *Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino*.

Quadro 3- Projetos do Escola Guaicuru - 1999/2002 *

Democratização do acesso	Democratização da gestão	Qualidade social da educação
Bolsa-Escola	Autonomia escolar	Desenvolvimento profissional
Reorganizar o tempo escolar – ciclos	Planejamento participativo	Apoio e incentivo à formação profissional
Transporte escolar – áreas de difícil acesso	Eleição de diretores	Estatuto social para os trabalhadores da educação
Manter e recuperar a rede física	Fortalecer colegiado escolar	
Telematrícula	Constituinte Escolar	
Ensino noturno	Dinamiza coordenação pedagógica	
Inclusão dos PNEs no sistema regular de ensino	Redimensionar a inspeção escolar	
Redimensionar e fortalecer o ensino médio		
Jovens e adultos na escola		
Educação escolar indígena		
A municipalização da educação infantil		
Educação profissional		
Tecnologia no contexto da Escola Guaicuru		
Fortalecimento da UEMS		
Educação escolar e diferentes etnias		

Fonte *Quadro elaborado a partir do Caderno 1 da Escola Guaicuru

5. ESTADO, SOCIEDADE CIVIL, HEGEMONIA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Estudo sobre as concepções de Estado, sociedade civil, democracia e partido político, presentes no pensamento de Antonio Gramsci, foram o fio condutor para a análise dos resultados. Na concepção de Estado, Marx afirma que a Gênese do Estado está na divisão da sociedade em classes. Esta é a razão pela qual o Estado existe e tão somente, *quando e enquanto* existir essa divisão é que o Estado atuará. Divisão social ocasionadas pelas relações sociais de produção. E a *função do Estado é de resguardar e reproduzir essa divisão garantindo os interesses comuns de uma determinada classe, impondo-se como interesse de toda sociedade*¹⁴.

Gramsci amplia a teoria de Estado a partir de novas determinações as quais permitem duas esferas essenciais: a sociedade política (Estado em sentido estrito ou Estado coerção), formada pelos mecanismos em que a classe dominante detém o monopólio legal de repressão e de violência; e a sociedade civil (formada pelas organizações responsáveis pela elaboração e divulgação das ideologias, como o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos

políticos e os meios de divulgação de cultura de massa). Ambas as sociedades formam o Estado e servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com o interesse de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação muda nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; já por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante a coerção¹⁵.

Para este autor, a sociedade civil ganha prioridade. Conforme a evolução da sociedade, o Estado deverá estar muito mais no âmbito da sociedade civil, procurando sempre ganhar aliados, através de consensos, exercendo sua hegemonia através da ideologia e não da coerção, até que a sociedade política seja substituída.

A necessidade em conquistar o consenso ativo e organizado, como base para a dominação, cria e renova determinadas instituições sociais que passam a funcionar como portadores materiais específicos das relações sociais de hegemonia. A hegemonia é isto: deve determinar os traços específicos de uma condição histórica e de um processo; tornar-se protagonista das reivindicações, de outros estratos sociais, e da solução dessas mesmas reivindicações, de modo a unir, em torno de si, esses estratos e realizar, com eles, uma aliança na luta contra o capitalismo. E, desse modo, isolar o próprio capitalismo. A conquista da hegemonia, por uma classe, implica transformação em classe nacional – ou seja, só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando se tem o consenso da maioria da população trabalhadora.

A batalha das idéias, o dialogo e o confronto cultural, assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia. É preciso ganhar a batalha do convencimento, obter o consenso em torno de uma nova sociedade. Esse processo lento e complexo de luta pelo poder político e cultural nas sociedades ocidentais, Gramsci chama de disputa pela hegemonia. Ao fazer isso o trabalhador ganha espaço para realizar a pedagogia da contra-hegemonia. Ou seja, as ações que visam as transformações são feitas na disputa das idéias. Pois, ao construir a sua hegemonia pela extensão do consenso, a classe dominante contraditoriamente deixa espaço para a livre circulação das idéias da classe trabalhadora, e desta forma, novas concepções de mundo são difundidas, contrárias às da classe dominante, fortalecendo a pedagogia da contra-hegemonia. Há no cotidiano uma disputa de obtenção do consenso, ou seja, há nesse contexto uma possibilidade de revolução a ser construída em todos os espaços de disputa das idéias.

6. DEMOCRACIA NA ESCOLA GUAICURU

No que se refere ao eixo democratização da gestão, aqui discutido, é curioso observar que a participação – tomada como pressuposto básico para o estabelecimento do processo democrático – tenha sido um dos fatores responsáveis pelo comprometimento da execução da política educacional, encabeçada pelo PT em MS.

Na democracia liberal, os direitos individuais do cidadão é sua base de sustentação. Nesta concepção, é preciso liberdades essenciais em que as estruturas e os processos são limitadores. Nessa democracia, teoricamente, todos têm a mesma parcela de poder, tais como as escolhas eleitorais. É na democracia representativa que os cidadãos elegem seus representantes, detentores e realizadores da autoridade política¹⁶.

A democracia popular, com premissas coletivas, enfatiza os macros sujeitos, com destaque para a soberania e a vontade populares absolutas. Noberto Bobbio pondera que o caminho para a real democratização da sociedade não pode ser interpretado como um novo tipo de democracia, mas deve ser entendido como a ocupação de *novos espaços, isto é, de espaços até agora dominados por organização de tipo hierárquico ou burocrático*¹⁷. Bobbio defende que a democracia política deve ser ampliada, o que seria a geração de novas formas de participação dos cidadãos, em novos espaços nos quais a pessoa exerça o seu poder de eleitor

Se desejar saber se houve um desenvolvimento da democracia em um dado país, o certo é procurar perceber se aumentou, não o número dos que têm direito de participar das decisões que lhe dizem respeito, mas os espaços nos quais pode exercer esse direito¹⁸.

Considera-se importante saber onde se vota e quais as instâncias que se vota. No caso aqui analisado, a escola seria uma dessas instituições que representaria a conquista de novos espaços, tanto através da eleição de diretor como de colegiado. Seria a concretização da democracia no ambiente escolar, pois o sujeito participa mais à medida que se envolve com outros sujeitos e exercita a sua cidadania, e passa a constituir um elemento importante para o fortalecimento da sociedade civil e do exercício da cidadania. À medida que a sociedade se democratiza, faz-se necessário que as instituições, que a compõem, passem pelo mesmo processo.

Segundo os preceitos teóricos, abordados por Genuíno Bordignon¹⁹, para mudar o enfoque da gestão é preciso colocar em pauta um novo paradigma de educação. Este autor define paradigma como “*um conjunto de idéias que permite formular ou aceitar determinados*

padrões ou modelos de ação social". Paradigma representa "uma visão de mundo, uma filosofia social, um sistema de idéias construído e adotado por determinado grupo social" (grifo nosso).

É importante destacar que a mudança de paradigma requer a *mudança das estruturas mais radicais de pensamento*:

e isso só é possível a partir da aprovação interior, da *revolução da consciência*, que irá substituir a postura de resignação e passividade da *consciência servil*, alienada, obediente e acrítica, pela *consciência ativa* (grifos nosso), que recria a si própria. Isso porque as mudanças sociais passam, necessariamente, pela mudança individual ²⁰.

Nesse novo paradigma, as atitudes de relação de poder devem ser horizontais, com uma estrutura circular e espaços coletivos nos quais as decisões possam ser tomadas de forma descentralizadas e baseadas no diálogo, garantindo autonomia e democracia.

O relacionamento entre as pessoas deve ser baseado na cooperação. Os conflitos devem ser mediados de maneira a favorecer o bem-estar de todos. O objetivo essencial do trabalho pedagógico é o conhecimento, que teria como base de construção a ética: é preciso enfatizar o ser humano para que todos saiam vencedores. Bordignon aponta ainda que essa mudança de paradigmas deva estar ancorada sobre dois eixos que determinem a especificidade da organização escolar e sua gestão: um eixo constituído pelos fins da educação, que definem a finalidade da escola; e outro determinado pelo contexto social, pelo ambiente em que a escola atua.

O processo de participação, em Mato Grosso do Sul, iniciado em 1983, indicava o que entendia por educação democrática, compreendendo que deveria ter participação, ser pública e com ensino de boa qualidade. As bases desses pressupostos foram definidas ainda na década de 1980, no bojo das discussões sobre a redemocratização do país, e permaneciam atuais.

Na década de 1990, durante o governo de Pedro Pedrossian, com a instituição da política de democratização da educação e a eleição para diretor e colegiado escolar, a escola teve oportunidade de experimentar o processo democrático. Experiência que serviu para perceber que, para existir democracia na educação, era necessário *gerir condições objetivas* para que a escola fosse realmente democrática. Significava assegurar condições materiais capazes de executar o projeto político-pedagógico que valorizassem os trabalhadores em educação. A ênfase no conhecimento deveria ser a meta prioritária, assim como garantir mecanismos de permanência na escola. Portanto, uma política, cuja proposta fosse avançar no

processo de democratização da escola pública no estado, não poderia tirar esses pontos de foco.

No governo de José Orcirio, a Secretaria de Educação teve a gestão de dois Secretários de Estado: Pedro Cesar Kemp, 1999 a 2001, e Antonio Carlos Biffi, 2001 a 2002.

Na gestão de Kemp, se produziu e editou muitos materiais teóricos; foram criados os mecanismos que permitiam à comunidade escolar participar do processo de elaboração, deliberação e concretização das políticas educacionais e do fazer da escola, tais como o Conselho Político Administrativo, este no interior da SED; os Conselhos das Unidades Escolares - COUNEs; desencadeou amplo processo de participação através da Constituinte Escolar; fortaleceu os Colegiados Escolares como principal instrumento de gestão, assim como o processo de eleição de diretores; instituiu políticas públicas que permitiam a inclusão de muitos à sociedade.

Porém, ao enfatizar o processo de discussão das políticas educacionais, com o processo da Constituinte Escolar (modelo de participação importado do Rio Grande do Sul), a Secretaria de Educação desconsiderou o processo histórico que a escola pública, de Mato Grosso do Sul, vivenciou (na década de 1980), comprometendo seriamente o desenvolvimento de sua política educacional.

Essa prática acarretou pouco tempo para o fazer pedagógico da escola, pois, conforme as experiências anteriores das políticas educacionais desenvolvidas, em Mato Grosso do Sul, era preciso garantir as condições objetivas para a aquisição do conhecimento. A escola enfrentava problemas gravíssimos, que permaneceram naquele período da gestão do PT, e havia necessidade de ações efetivas que resolvessem os problemas objetivos do contexto da escola. A SED não desconhecia esse fato, mas optou, em determinado momento, por enfatizar a finalidade da escola.

Conforme Gramsci²¹, na ótica da democracia popular de esquerda, a democracia política, que abarca a representação e a participação direta, deve ser complementada pela democracia econômica, com vista à democracia plena. Para esse autor, a sociedade civil é também o território de disputa e definições do poder, o campo no qual são lançadas as premissas concretas, capilares e abrangentes de um projeto global de sociedade. É o espaço dos embates e a busca de formas concretas e convincentes para aumentar as forças que lutam para fazer prevalecer os interesses da maioria da população. Gramsci valoriza a *autodeterminação da grande massa e dos setores subjugados*. Corrobora-se a tese de que ambos (grande massa e subjugado) eduquem-se reciprocamente e defende que a atuação da sociedade civil não é apenas para se proteger do poder de colonização do Estado e do

mercado, mas especialmente, para *desmascarar suas contradições e superá-las radicalmente com a* configuração de um novo Estado e de uma economia radicalmente democrática.

Evidente que era preciso estimular a participação para que a escola pudesse fazer seu papel na viabilização da pedagogia da contra-hegemonia, mas não poderia ter perdido de vista que, para exercer essa contra-hegemonia, a ênfase deveria ser a apropriação do conhecimento, a capacitação dos educadores com foco na prática pedagógica, na valorização dos educadores e na qualidade do ensino. Como consequência, problemas estranguladores da educação pública, de Mato Grosso do Sul, ficaram sem a devida atenção.

Na gestão de Antonio Carlos Biffi, 2001 a 2002, uma de suas preocupações foram as condições objetivas que facilitam o processo didático-pedagógico. As solicitações, por parte da escola, dirigiam-se agora em busca de soluções para resolver questões relacionadas ao ciclo de aprendizagem, coordenação pedagógica, eleições para diretores, processo de capacitação dos docentes do ciclo, do ensino fundamental e do ensino médio. Ou seja, eram medidas que davam um caráter mais pragmático, mais objetivo à gestão escolar, e buscou-se também atender à escola pública naquilo que era importante para ela: consolidar a ênfase no conhecimento.

Ao tomar essas medidas, o secretário se distanciou dos objetivos estabelecidos para colocar em prática a pedagogia da contra-hegemonia e se aproximou ainda mais dos projetos e programas propostos pelo governo federal, que foram exaustivamente criticados no movimento de participação da *Constituinte Escolar*.

Desta forma, é possível concluir que, no período de 1999 a 2002, a Secretaria de Educação teve dois modelos de gestão: a) Durante a gestão de Pedro Kemp, a preocupação maior foi com a finalidade da escola, fazer a pedagogia da contra-hegemonia de acordo com a concepção gramsciana. Ou seja, o modelo de gestão adotado buscava questionar os valores e a prática da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, queria apontar caminhos para a formação de uma nova sociedade; b) Durante a gestão de Antonio Carlos Biffi, a preocupação maior foi com o ambiente em que a escola estava inserida e as condições objetivas ao fazer pedagógico.

6. CONCLUINDO

A partir dessa análise, constatamos que:

1. O programa de governo eleito não foi executado em sua plenitude, considerando que seu conteúdo faz crítica contundente à política neoliberal; o projeto Escola Guaicuru,

apesar de manter a crítica aos programas neoliberais de educação, implantou alguns deles nas escolas públicas estaduais, portanto não radicalizou na execução de sua política educacional;

2. *A Escola Guaicuru* permaneceu com diferentes modelos de gestão.

- o primeiro: determinado pela finalidade da escola e levado à raiz do princípio democrático, do ponto de vista do discurso do secretário e dos documentos produzidos, assim como nos movimentos e instrumentos de participação desencadeada. Buscou fazer a pedagogia da contra-hegemonia.

- o segundo: determinado pelo contexto social, pelo ambiente no qual a escola atua, isto é, buscou suprir as condições que a escola necessitava para seu fazer pedagógico, distanciou-se da pedagogia da contra-hegemonia ao se aproximar mais dos projetos neoliberais (apesar de toda crítica realizada nos diferentes momentos de participação, correu paralelo a política defendida).

3. A SED criou mecanismos de participação que envolveu toda a comunidade escolar – no entanto enfatizou um mecanismo de participação (Constituinte Escolar), que não levou em consideração o acúmulo de conhecimento e experiência realizado pelas escolas públicas de Mato Grosso do Sul ao longo de sua história, o que comprometeu a execução da política educacional.

Portanto, é possível concluir que a Escola Pública, de Mato Grosso do Sul, no governo de José Orcirio Miranda dos Santos, teve momentos distintos: no primeiro, avançou no eixo constituído pelos fins da educação, que estabelece a finalidade da escola, ao se distanciar das condições objetivas do fazer pedagógico; no segundo, avançou no sentido de atender a essas condições objetivas, relacionadas ao contexto social, ao ambiente no qual a escola atua e se distancia da pedagogia da Contra-hegemonia.

¹ Zeca do PT foi reeleito em 2002 para mais um mandato como governador: 2003 a 2006.

² Ido Luiz MICHELS. Vitória Eleitoral, não Política. *Seminário de Avaliação do Processo Eleitoral*, p.3. Mimeografado.

³ Antonio GRAMSCI, *apud* Paolo NOSELLA, *A escola de Gramsci*, p.73.

⁴ COUTINHO, C. Nelson. GRAMSCI: Um Estudo sobre o seu Pensamento Político. Civilização Brasileira; 2ª ed. Rio de Janeiro. 2003.

⁵ Amarílio FERREIRA JÚNIOR, *A Esquerda Omnilateral*. *Seminário de Avaliação das Eleições de 1998*, p. 1. Mimeografado.

⁶ Amarílio FERREIRA JÚNIOR; Marisa BITTAR; Fausto MATTO GROSSO, Política, partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações*, p. 72.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Amarílio FERREIRA JÚNIOR; Marisa BITTAR; Fausto MATTO GROSSO, Política, partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações*, p. 73-74.

⁹ Marisa BITTAR, História, política e idéias pedagógicas na educação pública de Mato Grosso do Sul, *Educação e Filosofia*, v. 18, p.193-212, 2004.

¹⁰ Marisa BITTAR, *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*, p.152.

¹¹ A partir de agora vou referir ao projeto político-educacional “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, simplesmente como Escola Guaicuru.

¹² Gaudêncio FRIGOTTO, 1989; M. Cecília de Souza MINAYO, 1994; José Paulo NETTO, 1998; Bruno PUCCI, 2000; Dermeval SAVIANI, 1991; José Luiz SANFELICE, 1999; Mirian Jorge WARDE 1984; Marli ANDRÉ, 2007; Pedro GOERGEN, 1986.

¹³ Ibid. P. 139.

¹⁴ COUTINHO, C. Nelson. GRAMSCI: Um Estudo sobre o seu Pensamento Político. Civilização Brasileira; 2ª ed. Rio de Janeiro. 2003, p.123.

¹⁵ Ibid. P.127.

¹⁶ Maria. V. de M. BENEVIDES, Cidadania e democracia. *Lua Nova*, Cedec, (33), p. 5-16.

¹⁷ Norberto BOBBIO, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, p.55.

¹⁸ Ibid., p. 28.

¹⁹ G. BORDIGNON; R. V. GRACINDO, Gestão da educação: o município e a escola, In: Naura Syria Carapeto FERREIRA; Márcia Angel da S. AGUIAR (orgs *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*, p. 147.

²⁰ Ibid, pag. 150.

²¹ Antonio GRAMSCI, *apud* Carlos Nelson COUTINHO. *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*, p. 270.

7. REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina V. (2004) Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. da S. (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, p.147-176.

CATANANTE, Bartolina R. *A proposta educacional de Mato Grosso do Sul: a formação do cidadão crítico segundo a percepção dos professores do ensino fundamental*. São Carlos: UFSCar, 1999.

CATANANTE, Bartolina R. *A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999-2002): os mecanismos de participação*. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. nova ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, Maria D. E. *Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. A Esquerda Omnilateral. *Seminário de Avaliação das Eleições*, Campo Grande, MS. Mimeografado, 1999.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa; MATTO GROSSO, Fausto. Política, partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, UCDB, v. 2, n.3, p. 69-78, set. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. (Novas direções).

MICHELS, Ido L. Vitória Eleitoral, não Política. *Seminário de Avaliação das Eleições*, Campo Grande, MS. Mimeografado, 1999.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo. Hucitec-Abrasco, 1994.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval (org.). *História e História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo, Cortez, 2004.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3ª ed. rev. atual. São Paulo. Cortez, 2004.